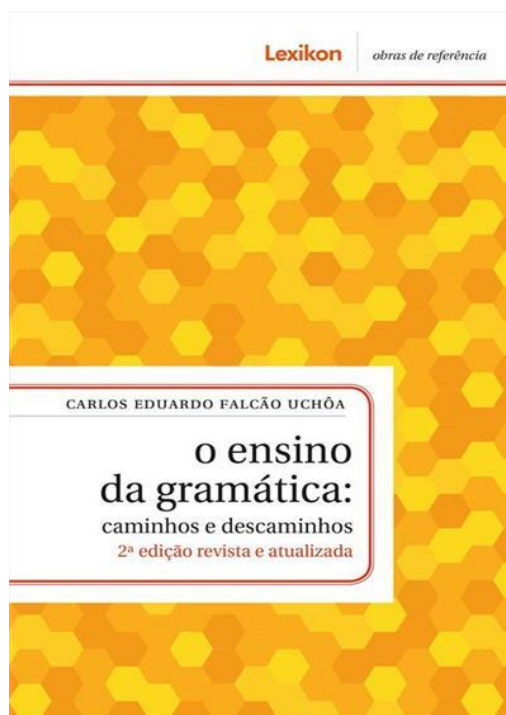


Resenha do livro “O ensino da gramática: caminhos e descaminhos”, de Carlos Eduardo Falcão Uchôa

Eduardo Santana Moreira (*)



Carlos Eduardo Falcão Uchôa. *O ensino da gramática: caminhos e descaminhos*. Rio de Janeiro, editora Lexikon, 2ª ed., 2016.

Diante do baixo desempenho apresentado pelos estudantes brasileiros – em relação à compreensão e à produção textual – e em face dos resultados evidenciados com base na observação de professores em prática de ensino e em avaliações oficiais, torna-se imprescindível (re)pensar se a escola tem cumprido o seu papel no processo de desenvolvimento das habilidades e competências linguísticas desses jovens.

Nesse sentido, com o intuito de auxiliar não só os recém-formados mas também aqueles que já possuem longa experiência pedagógica, Carlos Eduardo Falcão Uchôa apresenta à comunidade acadêmica o livro *O ensino da gramática: caminhos e descaminhos*, lançado em 2007 pela Editora Lucerna/Zeus e, posteriormente, reeditado pela Lexikon em 2016, como forma de buscar meios os

(*) Aluno do Programa de Pós-graduação Lato Sensu em Linguística da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: eduardo.santana3@yahoo.com.br

quais permitam expandir os conhecimentos dos docentes nesse assunto bem como proporcionar um modo eficaz de abordar a gramática em sala.

O autor atuou como professor do curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística pela Universidade Federal Fluminense – UFF, obtendo o título de *Professor Emérito Livre-Docente* em Linguística.

Seu livro divide-se em 9 unidades. Na primeira unidade, *Uma situação antiga*, o professor Uchôa evidencia que o estudo da gramática sempre gerou uma oscilação em diversos países e em diversas épocas acerca da sua funcionalidade. Isso se dava ao fato de que um grupo de estudiosos compreendiam que a língua se aprendia a partir de observação e de práticas constantes, concluindo que o ensino de gramática nada contribuía para o processo de aquisição da escrita.

Em oposição ao pensamento desses, existiam aqueles que defendiam ser indispensável o conhecimento gramatical para o uso eficaz do sistema linguístico. Esse raciocínio pode ser explicado a partir do contexto histórico brasileiro do ensino de LP, visto que o modelo é tradicionalmente marcado pelos estudos gramaticais e pela influência do latim.

Na segunda unidade, *A situação atual*, o autor menciona que, a partir da ampliação das pesquisas realizadas sobre as línguas e sobre os diversos enfoques a respeito do estudo do texto, esse adquire visibilidade e contorno nos livros didáticos. Vale ressaltar que a preocupação com a produção textual foi tanta que houve uma intervenção do Estado através de programas de avaliação do material didático PNLD, com vista à mudança em relação ao ensino de língua materna vigente.

Devido a isso, os textos dos materiais didáticos começaram a ser diversificados para que houvesse uma representação da escrita do mundo contemporâneo. Uchôa se posiciona a favor desse pensamento, pois compreende que é dentro do texto que a língua – um sistema abstrato – possibilita a construção de sentidos. Em outras palavras, o sentido é resultante da leitura do texto e não o seu significado, visão compartilhada por Eugênio Coseriu.

Professor Uchôa aponta que, paralelamente a esse período, ampliou-se entre linguistas e professores de português uma atitude de rejeição ao ensino de gramática, por considerarem-na restritiva e limitante da criatividade.

Na terceira unidade, *A perplexidade do professorado*, o pesquisador chama a atenção dos leitores para o fato de haver uma “perplexidade” por partes dos docentes em relação ao ensino de gramática, pois o ensino de Português tornou-se objeto de contestação entre os especialistas na área. Tal estranhamento seria oriundo de uma errônea compreensão da distinção entre *gramática normativa* e *gramática descritiva*, além de toda sorte de melancolia e de frustração que são descarregadas no ato de ensinar o conteúdo, ocasionando uma aversão a esse estudo por parte dos discentes.

Na quarta unidade, *A validade da gramática no ensino da língua*, o autor revela extrema indignação à suposição de que não se fala uma língua até que sua gramática seja escrita. Para ele, essa concepção é incoerente, pois os grandes clássicos gregos já utilizavam aquela antes da criação desta; porém, é com Dionísio da Trácia (século II-I a.C.) que se passa a contar com a primeira descrição gramatical, no sentido lato do mundo ocidental.

Tendo assim se posicionado, Uchôa questiona-se: “pode-se chegar a falar e a escrever com fluência pelo estudo da gramática, de acordo sobretudo com uma norma de maior prestígio que tantas sociedades possuem?” (p. 32). Para responder à questão, sua argumentação recorre as explicações de Coseriu, para quem saber falar uma língua corresponde ao domínio de uma técnica, *o de saber fazer*; já no que se refere à gramática, é vista metaforicamente como uma tecnologia que o falante precisa *saber como se faz*. Nesse sentido, cumpre-se também investigar se “é possível dominar uma técnica pelo estudo de sua tecnologia?” (*ibid*).

Ancorado nos estudos coserianos, Uchôa alega que saber falar uma língua pressupõe uma tricotomia: o saber elocucional, o saber expressivo e o saber idiomático. O primeiro seria o saber válido a todas as línguas. Dentro dessa perspectiva, uma dada expressão linguística pode, em certo grau, se apresentar como *congruente e incongruente*, em concordância com o conhecimento do outro participante do discurso.

Já o segundo corresponde ao saber produzir e organizar textos em sua modalidade escrita e oral. Consoante esse saber, a expressão linguística pode ser *adequada* ou *inadequada* em relação ao destinatário, *i.e.*, a uma situação específica. Por exemplo: imagine que você seja convidado por um grupo de amigos para ir ao bar. É certo de que, entre uma bebida e outra, a conversa role de forma espontânea. Após escutá-los, você responda: prontificar-me-ei de contatar o táxi para levá-los às suas residências, meus caríssimos amigos, pois prezo, sobretudo, por suas vidas. A situação exposta não satisfaz os objetivos pretendidos concernente à *adequação linguística*, uma vez que, de acordo com esse contexto, o participante do discurso não se preocupou em adequar-se em relação ao meio social.

Nesse sentido, reforça-se que saber uma língua é mais ou menos como saber-se vestir: há momentos que se precisa estar formalmente trajado, porém, em outros, mais à vontade. Por outro lado, ao se pensar em *correção idiomática*, essa corresponde ao domínio do saber idiomático, isto é, da língua e de suas regras gramaticais. Para exemplificação, pode-se pensar nas formas análogas “nós iremos à festa” e “a gente vamos na festa”: ambas as construções são possíveis e coexistem no sistema. No entanto, a primeira está para o registro culto, enquanto a segunda, para o registro informal da língua, sendo elas, geralmente, adotadas por participantes socialmente distintos na sociedade: um escolarizado e outro com pouco grau de instrução.

À vista disso, não se espera menos de um indivíduo culto do que determinadas propriedades linguísticas consideradas formais à luz da gramática normativa; todavia, quando tais propriedades não são realizadas e acontecem desvios em uma fala não monitorada, o indivíduo sofre sanção social devido a seu *status*.

Na quinta unidade, *Conceituação das distintas gramáticas*, o professor Uchôa convida os docentes a pensar criticamente na conceituação das distintas gramáticas para que se firme um posicionamento sólido em relação ao ensino dela. Segundo ele, é a partir do desenvolvimento dos estudos linguísticos e das variadas nomenclaturas a respeito dela que se traz confusão para os profissionais: *normativa, descritiva, estrutural, gerativa, funcional, de uso, teórica, geral, internalizada* entre outras, as quais apresentarão enfoques diferentes para os estudos linguísticos.

Apoiado no pensamento coseriano, ele alega que a linguagem está dividida em três níveis, sendo eles o *universal*, o *histórico* e o *individual*. Nesse sentido, é mister que a disciplina de gramática disponha de uma gramática geral, de uma descritiva dessa ou de qualquer outra língua, além de uma gramática cujo propósito pauta-se em analisar textos. Sendo assim, cabe à gramática geral propor uma teoria gramatical, cuja finalidade consista em definir as partes do discurso, *i.e.*, as categorias, as funções e os agrupamentos gramaticais, como o que é um nome, um verbo ou um pronome substantivo ou adjetivo, como definir a categoria de modo e a de aspecto, como categorizar os processamentos sintáticos em coordenação e subordinação etc. Todos eles serão objetos de análise dessa gramática geral. Todavia, a gramática descritiva cumpre a finalidade de descrever as categorias as quais são apresentadas na língua e as funções exercidas por elas. Dessa maneira, torna-se equívoco querer definir o tempo no português, haja vista que a definição do tempo terá de ser a mesma em quaisquer outras línguas, no entanto, o que irá diferenciá-los nas línguas será a descrição.

No nível individual, que é o destinado ao texto, cabe à gramática analisar as propriedades gramaticais utilizadas pelos alunos na prática discursiva, explicitando determinados mecanismos como forma verbal, valor do tempo das expressões etc.

Na sexta unidade, *O papel da gramática-objeto no ensino*, Uchôa adverte os professores para o fato de os discentes chegarem à escola dotados de uma *gramática internalizada*, que lhes permite construir estruturas gramaticais complexas, características de sua origem regional e de o seu meio social. Para ele, quando um aluno profere “O que esperamos do futuro? Nós quer ser feliz!”, o sujeito-aprendiz utiliza-se de um mecanismo complexo e sofisticado, como: ordem das palavras, flexão verbal e nominal, emprego dos conectivos etc. Embora de modo *simplicista*, percebe-se que o conhecimento linguístico já faz parte de sua gramática-objeto.

Entretanto, esse conhecimento linguístico não é levado em consideração na escola. Quando esses jovens produzem as suas primeiras redações, elas são *estigmatizadas* logo no início do conví-

vio escolar. O professor, ao invés de realizar um diagnóstico e perceber as dificuldades apresentadas na prática discursiva, desconsidera todo um conhecimento riquíssimo que pode ser trabalhado paulatinamente impondo-lhes uma segunda forma, a culta. Vale ressaltar que o ensino de gramática deve ser ensinado, no entanto, fazendo-se uma ponderação a respeito do modo como é trabalhado. Com isto, é mister reforçar que o ambiente escolar servirá de aparato para que os alunos aprendam a *variante de prestígio*, esperando-se que eles dominem-na sabendo empregá-la adequadamente nos seus contextos formais.

Na sétima unidade, *O papel da gramática como metalinguagem no ensino*, o autor definirá metalinguagem como a gramática que descreve as realizações da gramática-objeto. Para ele, a gramática normativa/prescritiva, cuja finalidade é didática, visa ao domínio de *como se deve dizer* (dimensão deôntica da linguagem). Além disso, à medida em que as aulas avançam e na prática da produção textual, ela será eficaz para o processo de escrita, uma vez que o aluno será solicitado a apresentar textos formais.

Contudo, não se pode fantasiar e acreditar que os textos apresentados como produtos finais não apresentem marcas oriundas da *oralidade*. Com efeito, cabe ao docente o papel de realizar exercícios paralelos para que o discente entre em *atividade* e consiga, a partir de um trabalho árduo, insistente e elaborado por parte do professor, a distinguir a *modalidade escrita* e da *modalidade oral*.

Reitera-se que se deve fazer com que os alunos não decorem listas tradicionais de pronomes pessoais, pronomes oblíquos, conectivos coordenativos, conectivos subordinativos etc., mas consigam entender os seus sentidos lógicos e saibam operá-los em suas próprias articulações.

Na oitava unidade, *Os diversos planos da gramática e o ensino*, tendo o professor Uchôa exaustivamente explicado os três níveis da linguagem, questionará em que medida esses planos podem ser apresentados na gramática. Para ele, o plano da teoria necessita ser *cuidadosamente* explicado aos alunos do ensino básico, haja vista que ainda nesse segmento eles não são capazes de compreender a magnitude das abstrações. Por este motivo, vale-se considerar

Ao operar concretamente, na produção textual e na leitura, com palavras como *legal*, *legalidade*, *legalizar*, *legalmente*, por exemplo, o aluno vai comparando o procedimento gramatical delas e passa naturalmente a distingui-la, sem que lhe sejam dados critérios, ou definições, mas porque ele lida efetivamente com elas na construção e transformação das orações. (p.103, grifos nossos).

Percebe-se, assim, que não há lógica em enfatizar o ensino com base na metalinguagem, que tão somente privilegia os aspectos gramaticais, mas sim, proporcionar um trabalho reflexivo acerca da língua, mostrando-lhes a importância dos estudos gramaticais e sua funcionalidade prática, isto é, operando com situações concretas e não com atividades cristalizadas.

Por fim, na última unidade, o linguista elabora uma crítica em relação aos professores tradicionais, cujos enfoques nas atividades são apenas espelhos de repetições fechadas e descontextualizadas, impossibilitando, assim, a reflexão da língua.

Recebido em: 15/09/2017.

Aceito em: 01/11/2017.